

IX ANPED SUL
SEMINÁRIO DE PESQUISA EM
EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL **2012**



GÊNERO E EDUCAÇÃO: INVESTIGANDO NARRATIVAS DE VEREADORAS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

Dárcia Amaro Ávila – FURG
Paula Regina Costa Ribeiro - FURG

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar as narrativas de uma vereadora e duas ex-vereadoras da Câmara Municipal de Vereadores do Rio Grande, relacionadas às questões de gênero, educação e políticas educacionais. Entende-se, com isso, que a educação ocorre em diferentes instâncias formais e informais de nossa sociedade e, dessa forma, a política também produz saberes e fazeres para a educação. Nessa direção, subsidiamos a pesquisa a partir dos Estudos Feministas e de Gênero. Para a produção dos dados empíricos, utilizamos a investigação narrativa a partir de entrevistas semiestruturadas com as vereadoras. Neste sentido, problematizamos, a partir de suas narrativas, a dicotomia entre público e privado que permeia ainda os gêneros, a implementação da lei de cotas na política, a participação das mulheres em espaços ditos masculinos, as relações travadas nesse espaço, bem como as suas considerações sobre a educação no município e as questões de gênero implicadas em seu processo. A partir dessas análises, procuramos duvidar do que é naturalizado e do que é tomado como verdade em nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação. Narrativas. Vereadoras.

APRESENTAÇÃO

Neste estudo, temos como objetivo investigar as questões de gênero, educação e políticas educacionais a partir das narrativas de uma vereadora e duas ex-vereadoras da Câmara Municipal do Rio Grande/RS.

Na escrita deste artigo, num primeiro momento, apresentamos o aporte teórico que subsidia esta pesquisa, na perspectiva dos Estudos Feministas e de Gênero. Em seguida, explicitamos a metodologia utilizada na produção e análise dos dados narrativos. Após, a fim de contextualizar o local no qual foram desenvolvidos os dados empíricos, apresentamos a Câmara Municipal de Vereadores do município do Rio Grande, bem como, as mulheres que fizeram e fazem parte deste processo de inserção. Por fim, analisamos as narrativas das vereadoras, no que se refere ao gênero e à educação.

AS VOZES SILENCIADAS À PROCURA DA EQUIDADE: DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS ÀS LEIS DE COTAS

Investigar as questões de gênero, educação e políticas educacionais de uma vereadora e duas ex-vereadoras da Câmara Municipal do Rio Grande, é também perceber as condições de possibilidades que fizeram com que essas mulheres desenvolvessem ações na política e, para isso, é preciso que entendamos a história não como causa e efeito, mas como uma forma de reencontrar as possibilidades que lhes oportunizou essa construção e a condição de sua aparição (FOUCAULT, 2004).

Neste sentido, ao lançar o nosso olhar para a história, podemos perceber que a generificação dos espaços sociais permeia a nossa sociedade. Em séculos anteriores, uma mulher não poderia estar em qualquer lugar e trabalhar em qualquer profissão. Por esse viés, destinava-se aos homens o macro, às mulheres o micro; aos homens os negócios, às mulheres o lar. E, nessa direção, foram sendo constituídas nossas identidades de gênero e sexuais, polarizadas, acabadas e fixas.

A luta do movimento feminista, um movimento social organizado e, portanto, político, no Ocidente, aconteceu, de acordo com as contribuições de Louro (1997), em meados do século XIX e na virada do século tornaram-se visíveis as manifestações das feministas com o chamado “Sufragismo”, considerado a primeira onda do feminismo. O sufragismo seria o movimento voltado a estender o direito ao voto às mulheres e, a partir dele, oportunizar a discussão sobre os direitos das mulheres a serem ouvidas na sociedade, à oportunidade de estudar, de trabalhar, do que até então elas eram desprovidas.

A abertura do voto, no Brasil, de acordo com os dados do Observatório Social¹ (que em março de 2004 divulgou uma edição especial sobre a Mulher no mercado de trabalho) aconteceu pela primeira vez em 1928, no Rio Grande do Norte, com Alzira Soriano sendo a primeira prefeita da América do Sul. No entanto, o sufrágio só foi oficializado quatro anos depois, em 1932, por meio de um decreto-lei de Getúlio Vargas. Mesmo oficializado, só poderiam votar as mulheres casadas e autorizadas pelos maridos. Apenas em 1946 essas restrições caíram, possibilitando a universalização do voto da mulher.

Foi com a chamada segunda onda do feminismo, por volta da década de 1960, que com o movimento das feministas, além de preocupações sociais e políticas, adentram-se nas questões teóricas, possibilitando a construção de uma outra história das mulheres na sociedade, questionando a noção biologicista entre os sexos. Inseriram-se nas escolas, nas

¹ O Instituto Observatório Social é uma organização que analisa e pesquisa o comportamento sócio-trabalhista de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores brasileiros. Realiza estudos e pesquisas que tratam de liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional, além do impacto das relações comerciais brasileiras no mercado de trabalho (OBSERVATÓRIO, 2011).

universidades, assim contribuindo para pensarmos naquelas que por muitos anos são discriminadas e silenciadas (LOURO, 1997).

Nessa inserção, à vida pública, a partir das chamadas ondas do feminismo, as mulheres conquistaram o direito de votar e serem votadas e, assim, inseriram-se nesses espaços determinados socialmente masculinos. Foi com a conquista desses direitos que as mulheres puderam estudar e, com isso, pesquisar cada vez mais sobre as discriminações e desigualdades entre homens e mulheres, e surgindo, com isso, os estudos da mulher.

O termo *gender*, traduzido para português como gênero, foi proposto inicialmente por feministas anglo-saxãs, a partir do início da década de 70 com que pretendiam enfatizar o caráter social e histórico das distinções baseadas no sexo (LOURO, 1997). Algumas das vertentes feministas continuam operando com o pressuposto de que o social e a cultura agem sobre uma base biológica universal que os antecede (MEYER, 2003). Isso quer dizer que, essas vertentes atuam com o entendimento de que existe uma base biológica (corpo) universal, inquestionável e fixa em que a cultura e o social agem de acordo com a base de cada sexo. Nessa direção, deixam de questionar o entendimento dessa base como sendo construída em meio a relações de poder.

De acordo com Meyer, o conceito de gênero foi ressignificado pelas feministas pós-estruturalistas (vertente que assumimos neste estudo), que pretendiam se afastar das vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica e universal, para teorizá-lo como um construto social e lingüístico, produto e efeito de relações de poder. Meyer (2003, p. 16) coloca que o conceito de gênero,

privilegia, exatamente, o exame dos processos de construção dessas distinções- biológicas, comportamentais ou psíquicas- percebidas entre homens e mulheres; por isso, eles nos afasta de abordagens que tendem a focalizar apenas papéis e funções de mulheres e homens para aproximar-nos de abordagens muito mais amplas, que nos levam a considerar que as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e políticas de uma sociedade são construídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino [...].

Nessa mesma direção, Scott (1995) propõe-nos a desconstrução da polaridade rígida entre os gêneros nos estudos isolados sobre as mulheres e sobre os homens. O gênero, enquanto categoria de análise, possibilita estudar as relações sociais entre os sexos, o que não afirma uma negação à materialidade biológica, mas uma ênfase ao caráter social dessas distinções.

Nesse movimento de investigação dos estudos de gêneros, notamos uma crescente participação das mulheres em espaços que, por muito tempo, eram proibidos frequentar, e também de trabalhar. Nesse contexto, as mulheres migraram da esfera privada para a esfera pública, isto é, atualmente, as mulheres não ficam restritas exclusivamente aos afazeres do lar, do marido e dos/as filhos/as. Elas estudam, passeiam e trabalham no comércio, na indústria, na saúde, na educação, na construção civil, na política, entre outros. No entanto, de acordo com os dados estatísticos do Instituto Observatório Social (OBSERVATÓRIO, 2011), as mulheres trabalham mais que os homens, têm salários inferiores aos dos homens, possuem maiores escolaridades e ainda perdem emprego mais facilmente que os homens. Neste sentido, evidencia-se que o acesso aos espaços públicos não garante a equidade de gênero, levando-nos aos seguintes questionamentos: Será que agora, as mulheres e os homens podem participar e interagir nos diferentes espaços? As desigualdades e discriminações entre eles e elas terminaram?

A procura pela equidade de gênero, pelas vozes silenciadas, pelas vozes das mulheres que, ao longo da história, foram discriminadas e desrespeitadas em seus direitos, ainda não acabou; as desigualdades e discriminações ainda permanecem, como podemos perceber pelos dados estatísticos. No entanto, notamos também estratégias do governo federal para tentar diminuir essas desigualdades. Especialmente na política, podemos verificar as leis de cotas onde, inicialmente, os partidos deveriam reservar 20% das vagas para mulheres candidatas. Entretanto, a partir de discussões das feministas, essa lei foi reformulada e aprovada pelo Congresso Nacional. E, a lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, determinando a cada partido ou coligação a reserva de, no mínimo, 30% e no máximo, 70% para candidaturas de cada sexo, o que nos evidencia um processo de implementação recente no Brasil e de luta histórica conquistada pelas mulheres.

A política de cotas, de acordo com Grossi e Miguel (2001, p. 169), estão inseridas no contexto mais amplo das ações afirmativas, que visa

alterar variados quadros de desigualdades- racial, étnica, sexual, social. As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que as mesmas se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres.

A participação feminina ativa na política ainda é muito recente. As mulheres, muitas vezes, apenas preenchem as vagas da lei de cotas. Elas são minoria no legislativo, no executivo e no judiciário, mesmo que seja a elas reservadas 30% das vagas nos partidos. Neste sentido, cabe atentar para o segundo momento dessas medidas compensatórias e que condições se estabelecem para a igualdade entre homens e mulheres na política, eis um desafio.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para a produção dos dados com as vereadoras utilizamos, para esta investigação, a análise de suas narrativas. Para tanto, aproveitamos as contribuições de Jorge Larrosa (1996), que entende as narrativas – textos, falas, desenhos, etc. – como uma modalidade discursiva, ou seja, uma forma de discurso, na qual as histórias que contamos e as histórias que ouvimos, produzidas e mediadas no interior de determinadas práticas sociais, passam a construir a nossa história.

Dentre as diferentes estratégias metodológicas, foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas, filmadas e transcritas. Cabe ressaltar que as entrevistadas e o presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Rio Grande receberam o termo de consentimento livre e esclarecido para a autorização e divulgação dos dados na pesquisa.

Nessa direção, destacamos algumas das questões norteadoras que compuseram a entrevista com as vereadoras: Como foi a trajetória na política? Quando começou, quantos mandatos você já exerceu?; O que levou a se interessar pela política?; Como foi a reação da família quando decidiu entrar para a política?; Como é a relação com os demais vereadores?; Como percebes, atualmente, as relações de gênero na política?; Quais motivos levaram os/as eleitores/as a eleger uma mulher para o cargo de vereadora?; Que contribuições as mulheres tem a oferecer ou dar na política?; Percebe-se que o número de mulheres candidatas a assumir cargos políticos ainda é pequeno, se comparado ao dos homens, no entanto, muitas trabalham como secretárias nos gabinetes das/os vereadoras/es. A que pode ser atribuída essa realidade?; Como percebes as políticas públicas educacionais na cidade?; Como percebes as relações entre meninos e meninas nas escolas?; Que práticas deveriam ser efetivadas com o propósito de discutir a respeito da produção de diferenças e desigualdades de gênero nas escolas?; Quais são as propostas e ações para a educação? Em que medida estas ações contribuiriam para a construção de um ensino de qualidade em nosso município?

A estratégia de análise consistiu em “olhar”, nas narrativas das vereadoras, o que emergiu no decorrer da entrevista; entretanto, não consideramos que o que as vereadoras narraram representa a totalidade do que queriam dizer, pois, como diz Larrosa (1996, p. 461-462), “as narrativas pessoais se produzem e se medeiam em diferentes contextos sociais e com diferentes propósitos”.

Ainda, de acordo com o autor,

a narrativa não é lugar de irrupção da subjetividade, senão a modalidade discursiva que estabelece a posição do sujeito e das regras de sua construção em uma trama. Nesse mesmo sentido, o desenvolvimento da nossa autocompreensão dependerá de nossa participação em redes de comunicação onde se produzem, se interpretam e se mediam histórias. A construção do sentido da história de nossas vidas e de nós mesmos nessa história é, fundamentalmente, um processo interminável de ouvir e ler histórias, de mesclar histórias, de contrapor umas histórias a outras, de viver como seres que interpretam e se interpretam em tanto que estão se constituindo nesse gigantesco e agitado conjunto de histórias que é a cultura. (p. 471-472)

Desta forma, é neste conjunto narrativo que aprendemos a construir as nossas identidades – de gênero, sexual, racial, religiosa, profissional, de classe social, de mãe/pai, filha/o, esposa/o, entre outras – e a dar sentido a quem somos.

APRESENTANDO A CÂMARA DE VEREADORES DO RIO GRANDE

De acordo com os dados disponibilizados pela página na internet, da Câmara Municipal do Rio Grande (Fig. 1), o poder judiciário e legislativo se instalou nesta cidade em 13 de dezembro de 1751.



Figura 1: Câmara Municipal do Rio Grande.
Fonte: CÂMARA, 2001.

Ao pesquisar a história da Câmara Municipal do Rio Grande, encontramos a informação de que é a mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul, estando há 259 anos ao lado da comunidade riograndina. Já teve suas atividades no antigo Quartel General, hoje

Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento. Após, mudou-se para o prédio na Rua Marechal Floriano Peixoto, onde hoje funciona o Centro Municipal de Cultura e atualmente encontra-se na Rua General Vitorino, 441.

A câmara conta presentemente com 12 vereadores e 1 vereadora, os quais, além de propor e votar leis, desempenham a função de fiscalizar a atuação do governo municipal e a aplicação dos recursos públicos.

Ao investigar a participação das mulheres na Câmara Municipal de Vereadores deste município, constatamos que onze (11) mulheres passaram e passam por esse espaço determinado, histórica e socialmente masculino, desde o ano de 1948, dentre elas: Guaraciaba Silva - PSP (1948-1951), Iolanda Molina Grillo- PTB (1953), Adélia Lazzarini Andrino - PMDB (1960-1988), Wanda Rocha Martins (1971), Vera Lúcia Barbosa da Silva (1997-2000), Ramona Pereira - PSB (2001-2004), Dacila Santos de Souza - PCdoB (2001), Maria de Lourdes Fonseca Lose - PT (1996-2004), Surama Santos - PSDB (1997-2008), Delanir Maria das Neves Freitas - PMDB (2007-2008), Luciane Compiani Branco - PMDB (desde 2008).

AS VEREADORAS

Dentre as mulheres que foram/são vereadoras escolhemos três (3): uma vereadora atual e duas ex-vereadoras. A escolha dessas mulheres deu-se a partir de um recorte realizado a partir do ano de 1996, de vereadoras dos últimos mandatos, não incluindo as suplentes, vereadoras que participam de alguma maneira nesse espaço.

A partir da lei de cotas de mulheres na política, nota-se que os partidos, no município, começaram a procurar mulheres para concorrer, o que aumentou a participação de mulheres nesse espaço. Neste sentido, apresentamos brevemente as três vereadoras que fazem e fizeram parte desse momento histórico de inserção política no município do Rio Grande.

A atual e única vereadora no município chama-se **Luciane Compiani Branco**, conhecida pela comunidade riograndina como Lu Compiani, desde o ano de 2008, quando foi eleita pelo partido PMDB. Ela possui formação em Ensino Médio e, atualmente é primeira-dama do município e vereadora do município.

A ex-vereadora do município **Surama Ezedim Machado**, conhecida por Surama Santos, é radialista, formada em Pedagogia. Realiza atualmente uma pós-graduação em gestão e organização escolar. Surama esteve atuando como vereadora no município, em três mandatos. Inseriu-se na política a partir de 1996 pelo partido PSDB. Hoje dedica-se ao rádio e

a dar aulas nos cursos a distância pela Universidade do Norte do Paraná. À tarde é chefe de gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores.

Maria de Lourdes Lose, ex-vereadora, atuou no município, de 1996 até 2004. Foi vereadora por dois mandatos, pelo Partido dos Trabalhadores - PT. Ao ingressar no Ensino Superior, sua participação política em movimentos intensificou-se, ao inserir-se na Fundação dos Técnicos Administrativos da Educação, da Universidade Federal do Rio Grande. Hoje é concluinte do curso de História e realiza pesquisas na Câmara sobre a primeira vereadora do município.

Traçamos esta breve descrição das mulheres que se envolveram e ainda se envolvem nessa casa política, que é a Câmara de Vereadores, para que entendamos a partir de que histórias de vida essas narrativas são produzidas. Com isso, apresentamos a análise dos dados narrativos.

ANALISANDO OS DADOS NARRATIVOS

A partir dos pressupostos teóricos apresentados neste estudo, procuramos analisar os dados narrativos produzidos pelas mulheres entrevistadas, sem a pretensão de descobrir o que elas queriam dizer ao narrar sobre as questões tratadas, mas sim investigar os discursos dessas vereadoras² sobre as questões de gênero, educação e políticas educacionais. A partir da análise das narrativas, apresentamos, a seguir, alguns discursos que emergiram:

Do lar à política: questionando o público e o privado

O mote da discussão do público e do privado, em se tratando das questões de gênero, iniciou com os movimentos feministas como já mencionado, da saída das mulheres dos muros do lar para os espaços públicos até então frequentados e determinados como do gênero masculino.

Ao analisar as entrevistas das vereadoras, percebemos que a dicotomia de público e privado ainda permeia o gênero feminino. As mulheres entrevistadas enfatizaram que, na inserção à vida pública, são cobradas em casa, pelos colegas de trabalho e pela mídia; precisam dar conta das atividades que são atribuídas a elas, como cuidar da organização da casa, dos estudos dos/as filhos/as e ainda pelo vestuário e pela postura. Podemos observar,

² A fim de que não haja identificação das narrativas das vereadoras, utilizei as letras X, Y e Z para designá-las.

pela narrativa de uma entrevistada, essas questões: *Eu vejo algumas dificuldades para as mulheres na política porque a mulher foi criada na história pra cuidar dos filhos e da casa. A partir do momento que ela buscou o mercado de trabalho, o que aconteceu? Aconteceu o conflito. Porque tu deixa os teus filhos, a tua casa, para sair para trabalhar para também ser mantenedora da casa. A gente também tem culpas, porque a gente traz isso na nossa formação* (Entrevistada X).

Neste sentido, pude observar o quanto as mulheres se cobram e são cobradas por sair de casa para trabalhar e deixar seus filhos/as, devido à trajetória política e social que estabelece o trabalho fora de casa durante séculos destinado ao gênero masculino, determinado como mais responsável, objetivo e apto as funções públicas. De acordo com PREHN (1999, p. 70),

a dona-de-casa é uma força de trabalho valiosa e, para que possa lançar-se a uma atividade profissional remunerada, necessita de creches subsidiadas e sistemas de horários flexíveis. O que se tem observado é que a falta de condições que permitam conciliar vida familiar e carreira tem colocado a mulher diante de um impasse, de uma escolha penosa para ela uma vez que há uma forte pressão social para que se mantenha em casa cuidando da família, ao mesmo tempo em que sua necessidade de realização profissional a impulsiona para uma carreira.

Em outra narrativa percebemos algumas atribuições da visão de mulher, a partir de uma experiência que teve uma das entrevistadas: *Disseram-me horrores uma vez, do tipo: o que tu está fazendo aqui. Que mulher mal amada! Mulher que faz isso é porque não faz sexo e o teu lugar é em casa, cuidando dos filhos* (Entrevistada Y).

A partir dessa narrativa, podemos verificar que ainda as atribuições que se faz ao gênero feminino como o frágil, o cuidador e a sexualidade da mulher como passiva estão presentes. Na tentativa de ser respeitada nesse espaço considerado “machista” por algumas entrevistadas, uma delas relata: *Quando as mulheres são levadas a assumir posições de botar o dedo no nariz e se impor de uma maneira que não seja tão feminina, as pessoas esperam que as mulheres sejam muito dóceis. E pra ti se impor num ambiente desse majoritariamente masculino, muitas vezes tu acaba tendo que ter atitudes firmes que se aproximam de atitudes masculinas* (Entrevistada Y).

Nesta direção, a partir de suas narrativas podemos observar que por estarem em um espaço majoritariamente masculino algumas mulheres têm atitudes ditas masculinas, como forma de legitimação. Essas atribuições impostas às mulheres permanecem nas relações

sociais travadas nesse espaço ainda masculino, o que faz com que as mulheres tenham que provar suas capacidades políticas.

Ao discutirmos a inserção dessas vereadoras no espaço político pudemos observar a partir destas narrativas, que foi a partir de movimentos sociais, do envolvimento de familiares ou da inserção na política devido a ser uma pessoa reconhecida publicamente pelo trabalho que exercia. De acordo com Pinheiro (2007, p. 25),

diversos estudos evidenciam a entrada de mulheres na política especialmente por dois canais: a participação em movimentos sociais e os laços de parentesco com famílias políticas, principalmente nas condições de filhas ou esposas de políticos já com tradição no campo.

Neste sentido, podemos observar que não é qualquer mulher que concorre a cargos políticos e que essa inserção está interligada com os dois canais mencionados pela autora e, no caso deste estudo, da vida pública. Também a partir da lei de cotas instituída, as entrevistadas relataram a procura dos partidos por mulheres para concorrer, mulheres com perfil de candidata, ou seja, inclusas nesses canais, o que não exclui mulheres que estejam fora desse perfil.

Refletindo a participação feminina na política

Apesar de o governo lançar ações afirmativas para a desigualdade de gênero, em específico na política, como a lei de cotas, ainda há uma tímida participação das mulheres, como podemos perceber nas eleições de 2006 e de 2010 em relação ao poder legislativo (Tabela 1, 2, 3).

BRASIL NAS ELEIÇÕES DE 2006:

Candidatas/os	Número	Porcentagem
Homens	10.765	85,78%
Mulheres	1.784	14,22%

Tabela 1: Número de Candidatas/os às eleições de 2006.
Fonte: MULHER, 2011.

Eleitas/os	Número	Porcentagem
Homens	936	88,39%

Mulheres	126	11,61%
----------	-----	--------

Tabela 2: Número de eleitas/os nas eleições de 2006.
Fonte: MULHER, 2011.

BRASIL NAS ELEIÇÕES DE 2010:

Poder legislativo	
Vereadoras	6.508 (12, 52%)
Vereadores	45.457 (87,48%)

Tabela 3: Número de homens e mulheres eleitos/as para vereadores/as em 2010.
Fonte: MULHER, 2011.

Observamos que, a partir dos dados das últimas eleições, o número de vereadoras ainda ficou muito abaixo do estabelecido por lei e também aquém dos homens. Entretanto, podemos perceber um aumento na inserção das mulheres na ocupação de cargos públicos brasileiros – Governadoras, Deputadas, Senadoras e inclusive Presidente –, possibilitando-nos refletir que a participação feminina na política partidária é muito recente, estando em processo de construção e desmistificação de perspectivas deterministas que impedem as mulheres de participar.

Algumas entrevistadas comentaram que, embora existam essas ações afirmativas para a inserção na vida partidária, elas consideram a mesma discriminatória como na fala da entrevistada: *Eu entendo isso como uma discriminação. Os partidos têm que impor tantos por cento de mulheres. Isso não tem que ser uma imposição. Isso tem que partir das mulheres querer concorrer e da comunidade apoiar as mulheres a concorrer* (Entrevistada Z). Outra entrevistada destaca: *Hoje eu acho que a mulher vem conquistando cada vez mais espaço na política. Só que ainda existe muitas barreiras: primeiro dentro dos partidos políticos, quando é feita a escolha dos candidatos, que tem que haver por lei no mínimo 20% de mulheres. E isso eu já acho que não é certo, porque na verdade tu tem que ver candidatos potenciais, independentes deles serem homens ou mulheres. Então geralmente os partidos, independentes de qualquer um deles, coloca o mínimo que é 20% de mulheres* (Entrevistada X).

Neste sentido, apesar das vereadoras reconhecerem a importância da lei de cotas na política e que, com ela, algumas mulheres puderam se inserir nesse espaço, elas consideram

que a lei de cotas seria o mínimo de ser feito para a inserção da mulher na política brasileira; e que essa lei também é uma forma de discriminação, pois estabelece uma porcentagem para a participação das mulheres na política.

“Operárias e retaguardas dos vereadores”: discutindo as relações de gênero

Nas análises referentes às relações de gênero, podemos observar que essas relações ainda concentram-se nas diferenciações e atribuições de feminino e masculino. As mulheres ainda são vistas, tanto por homens quanto por mulheres, como operárias e retaguardas dos vereadores, conforme a narrativa: *Eu acho que isso é que leva essa parte de operárias, digamos assim, funcionarem como retaguarda dos vereadores. Se uma mulher bate na porta para pedir voto para ela, há mais resistência do que se ela bater na porta e pedir voto para seu candidato, aí está a discriminação. A mulher ainda é vista não como uma chefe, mas como uma operária* (Entrevistada Z). A entrevistada acrescenta: *Essa situação tem que mudar ainda na cabeça das mulheres, porque o machismo vem das mulheres e bem pouco dos homens. Eu acho que nós não somos concorrentes para os homens. Somos infelizmente para as mulheres* (Entrevistada Z).

Neste sentido, a figura masculina ainda se apresenta com credibilidade e confiança para a sociedade, inclusive para as mulheres e esse “machismo” que a entrevistada narra impede as mulheres de votarem em mulheres, o que ocasiona também os serviços de “operárias” e não de “chefes”, atribuindo aos homens esse último cargo.

Em outra narrativa, verificamos que a relação vereadores-vereadoras é influenciada por diferenças de atividades privadas marcadas pelo gênero e que influenciam as públicas: *Eu acho muito mais fácil eles estarem em todos os lugares, porque eles conseguem ir a todos os compromissos. Pra mim já é mais difícil. Eu reservo o domingo para os meus filhos, enquanto os vereadores vão para torneio de futebol; vão pra inauguração de uma praça. Eu não consigo, porque eu dou prioridade, nesses momentos, a minha família. Então a gente tem que dividir e conciliar ao mesmo tempo esses dois lados* (Entrevistada X). Com isso, as atribuições e determinações da mulher exclusiva do lar permanecem nesse espaço como o cuidado com a casa, os/as filhos/as entre outros.

Ao entrar na Câmara de Vereadores do Rio Grande, averiguamos que muitas mulheres trabalham em cargos de secretaria. Ao questionar a uma vereadora sobre a que ela atribuía essa realidade, a mesma comenta que ainda se tem a visão de que as mulheres só trabalham de secretária.

Neste sentido, na política alguns cargos são generificados, pois de acordo com a entrevistada Z entre indicar uma mulher ou um homem para a secretaria, indica-se uma mulher em razão dessa visão. Então há uma divisão do trabalho, o que nos faz refletir que as relações entre homens e mulheres na política é marcada pelas diferenciações entre os sexos, o que não é uma tarefa simples de desmistificar. Conforme STREY(1999), “apesar da herança recebida, no mundo capitalista as mulheres estão enfrentando o desafio de desestruturar a divisão sexual do trabalho tal como ela tem se apresentado tradicionalmente. No entanto essa é uma tarefa nem fácil, nem simples [...]”.

Ao refletir sobre as relações de gênero na política, observamos que o simples acesso aos espaços ditos masculinos não garante a equidade de gênero; que o combate às desigualdades, tanto na política quanto em outros espaços sociais, é compromisso de mulheres e homens, ou seja, não podemos desconsiderar que estamos em um momento histórico de reconstrução e desmistificação dessas relações, o que pode contribuir para que homens e mulheres possam relacionar-se para além da polaridade rígida entre os gêneros (SCOTT, 1995).

Educação, gênero, profissionalização, escolas...

No que se refere à educação no município, as entrevistadas relataram sobre as políticas educacionais, as desigualdades no campo da educação, os projetos que desenvolveram, bem como as práticas que pensavam ser importantes no âmbito das escolas, que deveriam ser efetivadas para discutir a respeito da produção da diferença e desigualdade de gênero.

Neste sentido, ao analisar as narrativas, observamos algumas questões: uma delas é que as políticas educacionais estão relacionadas à valorização do/a professor/a a partir da remuneração salarial. As narrativas apresentadas a seguir ilustram esse entendimento: *O magistério público municipal, hoje, de Rio Grande, é um dos mais bem remunerados do nosso Estado. Inclusive um professor, hoje, municipal, de séries iniciais, no município, ganha mais que um professor do Estado* (Entrevistada Z). *É uma coisa que a gente tem que se questionar, a valorização do professor que também tem que fazer parte das políticas de*

educação. Eu ainda acho que estamos muito aquém da valorização devida dentro da educação e dentro das políticas de educação (Entrevistada X).

Na primeira narrativa, podemos verificar que a valorização do/a professor/a é resumida à remuneração salarial. Na outra narrativa, entretanto, é mencionado que a valorização tem que ser parte de uma política educacional, em que destacamos ser necessário valorizar as condições de trabalho, os saberes e fazeres que são produzidos cotidianamente, a dedicação e profissionalização dos/as professores/as. A valorização precisa ser tratada como um direito de uma categoria profissional.

Outra questão referente às políticas educacionais está relacionada com a estrutura física das escolas: *A gente pediu ampliação de algumas escolas, porque vimos a necessidade da questão do meio ambiente nas escolas que é uma coisa muito importante [...] indicações nesse sentido eu tenho realizado aqui com esse foco de brinquedotecas, que eu acho que é um local excelente para que as crianças possam aprender a desenvolver as suas capacidades (Entrevistada X).*

A partir dessa narrativa, é possível vermos o interesse e a compreensão da importância de outros espaços nas escolas para além da sala de aula. Os espaços físicos também são responsáveis pela constituição dos sujeitos. Eles podem ou não privilegiar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitam a constituição de sujeitos críticos, curiosos, criativos e desejosos por uma sociedade mais igualitária.

Uma terceira questão relacionada às políticas educacionais foi a falta de fiscalização nas escolas de Educação Infantil no município, conforme a narrativa que segue: *Na questão da educação infantil, o nosso município deixa muito a desejar. É atribuição do município a educação infantil e, deixa muito a desejar. Falta de fiscalização nas escolinhas. A gente entende que uma escolinha não deve ser um depósito (Entrevistada Y).*

A partir dessa narrativa, percebemos a preocupação com a forma com que a educação das crianças de 0 a 6 anos é tratada no município. Conforme a vereadora, essa não deve ser um depósito de crianças, o que nos oportuniza a pensar a trajetória dessa modalidade educativa que “ganha” visibilidade através do direito concedido às mulheres, pela necessidade de assumirem os postos de trabalho para além dos muros domésticos e, por sua vez, terem um lugar seguro para deixar suas crianças enquanto trabalhassem.

A partir das narrativas das vereadoras é possível vermos a importância da formação inicial e contínua dos/as profissionais da educação. Ao desenvolverem projetos como a Escola Legislativa, as/os vereadoras/es nos provocam a pensar a educação em sua dimensão política em que os/as professores/as são entendidos/as como sujeitos político. Neste sentido, os/as

professores/as poderão questionar e debater juntamente com seus/suas educandos/as os problemas atuais, as possibilidades implicadas em seu processo e a escola enquanto uma instituição de produção de conhecimentos.

Com relação às questões de gênero na educação, observamos, a partir das narrativas que em razão da feminilização do magistério é difícil a inserção de homens em cursos como de Pedagogia. A narrativa apresentada a seguir explica esse entendimento: *Se um aluno homem vai fazer Pedagogia, as pessoas rotulam como gay [...] Porque, para ser professor, tem que ser mulher mas em compensação mulher não pode ser política* (Entrevistada Z).

Neste sentido, os homens também sofrem discriminação, o que muitas vezes deixamos de problematizar, pois atribuímos os estudos de gênero como sinônimo de mulher. A partir da narrativa, analisamos que o trabalho docente ainda é visto como sendo uma atribuição ao gênero feminino e a política, ao gênero masculino. Nessa narrativa, também é possível identificar o entrelaçamento entre as identidades de gênero e sexuais, pois, quando a vereadora comenta quando um homem vai fazer um curso dito feminino, ele é visto como *gay*. O que podemos observar que há uma norma, que determina não apenas as identidades de gêneros que estão relacionadas aos modos de ser, de se portar, de vestir, de falar, etc., mas também, as identidades sexuais, ou seja, as distintas formas de experimentar prazeres e desejos corporais independente do/a parceiro/a.

Outro aspecto narrado pelas entrevistadas foi a ausência da discussão dessas questões relacionadas ao gênero na escola e a importância dessa discussão desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para a problematização dessas questões, as entrevistadas narram a importância da formação do/a professor/a nesse processo: *Eu vejo assim que teria que haver um trabalho de discussão num primeiro momento dos educadores para que, através das disciplinas, discutissem com os alunos essas questões. Eu os vejo muito pouco preparados quando saem pelo menos do Ensino Médio, pra discutir essas questões* (Entrevistada X).

As narrativas das vereadoras evidenciam que elas entendem que as questões de gênero fazem parte do currículo escolar, como a necessidade de maiores discussões sobre as questões de gênero no ambiente escolar, da formação profissional do/a professor/a para tratar essas questões. Sugerem, as entrevistadas, serem abordadas essas questões em várias disciplinas, ou seja, perpassem interdisciplinarmente as práticas pedagógicas e todas as relações entre os sujeitos nesses espaços.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste estudo pudemos, verificar que nem sempre as mulheres estiveram inseridas nos espaços públicos, inclusive o escolar. Elas lutaram, reivindicaram seus direitos, mostraram-se sujeitos ativos, históricos e políticos em prol de uma sociedade mais igualitária. Entretanto, as desigualdades ainda permeiam os espaços sociais e, nesses, a escola. A educação, que não é um processo neutro e acabado, pode reforçar essas desigualdades, mas também pode mostrar outras possibilidades, para que as relações entre os gêneros estejam excluídas do preconceito, da discriminação e das disparidades de oportunidades.

As entrevistadas enfatizaram, em suas narrativas, a necessidade de as mulheres se assumirem como protagonistas de suas vidas e da sociedade. Entretanto, como desmistificar uma concepção de gênero enraizada ao longo da história e da cultura? Será que as mulheres não querem participar da política ou não foram constituídas para essas funções públicas? Suas narrativas fazem-nos também questionar sobre a importância das mulheres nos espaços públicos, na elaboração de políticas educacionais visando a equidade de gênero e, em especial, no processo histórico da desconstrução da polaridade entre os gêneros.

Por esse viés, este estudo à medida que problematiza as questões de gênero, educação e políticas educacionais no âmbito da educação brasileira, possibilita-nos colocar a norma em questão, duvidar do que é naturalizado e do que é tomado como verdade em nossa sociedade. Por essa direção, temos a possibilidade de construir outras relações, educação e sociedade para além da disparidade de oportunidades e desigualdades.

REFERÊNCIAS

CÂMARA Municipal do Rio Grande. Disponível em: http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/index.php?n_sistema=3039. Acessos em: 23 abr. 2011.

COSTA, Marisa Vorraber. Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.29-46.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004. 30 p.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

LARROSA, Jorge. Narrativa, identidad y desidentificación. In: LARROSA, J. **La experiencia de la lectura**. Barcelona: Laertes, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27

MULHER, Democratas. Disponível em:
<http://www.mulherdemocrata.org.br/> Acesso em: 11 out. 2011.

OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA. Florianópolis, ano 3, n. 5, mar. 2004. Disponível em:
http://issuu.com/observatorio_social/docs/em_revista_05?mode=window&pageNumber=1
Acesso em 14 de março de 2012.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres: Brasília, 2007. 224p.

PREHN, Denise R. Divisão sexual do trabalho: isso é coisa de mulher. In: ROSO, Adriane et al. (Org.). **Gênero por escrito**: saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 190 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

STREY, Marlene Neves. Mulher e trabalho. In: ROSO, Adriane et al. (Org.). **Gênero por escrito**: saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 190 p.